



S.

R.

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

NOTA PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL

1. Na edição de hoje do jornal “24 horas” foi publicada uma notícia, da autoria dos jornalistas Jorge Van Krieken e Joaquim Eduardo Oliveira, com o título na primeira página “Até os telefonemas de Sampaio foram investigados no processo Casa Pia”.

De acordo com essa notícia, o Ministério Público solicitou à PT e juntou aos autos facturação detalhada de números de telefones da rede fixa instalados em residências de vários titulares de órgãos de soberania e pessoas que detêm ou já detiveram elevados cargos públicos, integrando essa notícia uma listagem dos nomes dos titulares dos telefones em causa e do número de chamadas efectuadas através desses telefones.

A facturação em causa, ainda segundo a mesma notícia, estaria em cinco CD’s juntos aos autos, guardados no envelope n.º 9.

2. Tal notícia é falsa.

A publicação de notícias falsas traduz uma inaceitável violação do dever de informar com rigor, isenção e veracidade que impende sobre a generalidade dos meios de comunicação social, pelo que importa repor a verdade dos factos:

3. O envelope n.º 9, a que se reporta a notícia, contém 5 disquetes onde se encontra registada a facturação detalha de um único telefone fixo atribuído a um dos indivíduos constituídos arguidos no processo, o Dr. Paulo Pedroso.

4. Tal facturação detalhada foi solicitada à PT, por despacho do Ministério Público, a coberto de despacho do Juiz de Instrução Criminal competente, e reportava-se, exclusivamente, ao telefone fixo da pessoa indicada, a qual, à data, estava a ser investigada.

5. Não foi, em momento algum, pedida a facturação detalhada dos telefones instalados nas residências citadas das pessoas em causa, não existindo – nem podendo existir – no processo qualquer despacho a solicitar à operadora PT o envio desses elementos.

6. Divulgação destes factos reveste enorme gravidade, sendo completamente inadmissível que o Ministério Público e a investigação efectuada no âmbito do processo “Casa Pia” sejam, desta forma, postos em causa.

Cumpr finalmente reiterar que, mercê da notícia em foco, foi já ordenada a instauração de inquérito destinado a apurar responsabilidades pela origem, autoria e conteúdo de tal notícia.

Lisboa, 13 de Janeiro de 2006

O Gabinete de Imprensa

Ana Lima